



Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento

Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Serviço de Pesquisas Históricas (DGCOP-SEPEH)



Na administração do desembargador Vicente Piragibe, como presidente do Tribunal de Apelação do Distrito Federal, o antigo Palácio da Justiça, situado na Rua Dom Manuel nº 29, na cidade do Rio de Janeiro, foi submetido a substanciais obras de restauração e embelezamento.

Vicente Ferreira da Costa Piragibe

Nasceu em 2 de junho de 1879, na cidade do Rio de Janeiro. Teve por pais Alfredo Piragibe e Cândida Maria do Carmo Ferreira Piragibe.

Desenvolveu uma respeitada carreira no jornalismo e na política, dirigindo o jornal carioca *A Época* e representando o Distrito Federal como deputado no Congresso Nacional.

Ingressou na magistratura por decreto de 11 de novembro de 1926, que determinou sua nomeação para o cargo de desembargador da Corte de Apelação do Distrito Federal, prestando compromisso e entrando em exercício no dia 13 do mesmo mês e ano.



Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento

Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Serviço de Pesquisas Históricas (DGCOP-SEPEH)

É de sua autoria a obra intitulada “Código Penal Brasileiro, completado com as leis modificadoras em vigor”, que analisada pela Sub-Comissão Legislativa do Código Penal, recebeu parecer reconhecendo a sua utilidade prática e se pronunciando pela sua aprovação oficial. Contando também com o apoio do Instituto dos Advogados, do Clube dos Advogados e da unanimidade dos desembargadores das câmaras criminais da Corte de Apelação do Distrito Federal, o mencionado trabalho foi aprovado e adotado como Consolidação das Leis Penais pelo Decreto nº 22.213, de 14 de dezembro de 1932.

No dia 27 de novembro de 1937, Vicente Piragibe foi eleito presidente do Tribunal de Apelação do Distrito Federal, nova denominação dada pela Constituição Federal, outorgada no referido ano, à Corte de Apelação. No ano seguinte, foi reeleito para a mesma função pública, nela permanecendo até 31 de dezembro de 1940.

Durante a sua gestão na presidência do Tribunal de Apelação, processou-se uma importante inovação na estrutura do Judiciário local: o Decreto-Lei nº 803, de 24 de outubro de 1938, criou o cargo de corregedor-geral da Justiça do Distrito Federal, a ser exercido por um membro do Tribunal de Apelação, eleito na última sessão do mês de dezembro para servir por um biênio, com possibilidade de uma única reeleição, e extinguiu a Comissão Disciplinar de Justiça, cujas atribuições passaram à Corregedoria.

Ainda na administração do desembargador Vicente Piragibe, como presidente do Tribunal de Apelação, o Palácio da Justiça, situado na Rua Dom Manuel nº 29, na cidade do Rio de Janeiro, foi submetido a importantes obras de restauração e embelezamento. Todos os pavimentos do edifício receberam vitrais confeccionados pelo artista Gastão Formenti, ao passo que o salão do Tribunal Pleno teve sua decoração completada por dois grandes painéis produzidos pelo pintor Carlos Oswald, representando a Justiça Criminal e a



Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento

Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Serviço de Pesquisas Históricas (DGCOP-SEPEH)

Justiça Civil. Além disso, duas imponentes estátuas, a *Justiça* e a *Lei*, modeladas pelo escultor francês Max Ferré, foram cedidas pela Chancelaria do Itamarati, passando a ornamentar o *hall* de entrada do prédio, e o Salão do Tribunal do Júri, recebeu um crucifixo de mármore e bronze, inaugurado em 31 de janeiro de 1939, com a presença do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, D. Sebastião Leme. Além disso, parte substancial do mobiliário foi renovada.

A sessão solene de promulgação do novo Código Penal também ocorreu na gestão do desembargador Vicente Piragibe. No Salão do Tribunal Pleno do Palácio da Justiça, o presidente da República Getúlio Dornelles Vargas assinou o Decreto-Lei nº 2.848, em 7 de dezembro de 1940.

Vicente Piragibe foi aposentado em 27 de junho de 1949, vindo a falecer no dia 23 de janeiro de 1959.



Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento

Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Serviço de Pesquisas Históricas (DGCÓM-SEPEH)

Fontes consultadas

ABREU, Antônio Izaías da Costa. *O Judiciário fluminense: período republicano*. Rio de Janeiro, RJ: A.I. da Costa: Museu da Justiça, 2007, pp. 115-116.

A Época, Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1914, p. 1.

A Época, Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1916, p. 1.

A Época, Rio de Janeiro, 8 de janeiro de 1918, p. 1.

BRASIL. Decreto nº 22.213, de 14 de dezembro de 1932. *Aprova a Consolidação das Leis Penais, de autoria do Sr. Desembargador Vicente Piragibe*.

BRASIL. Decreto-Lei nº 803, de 24 de outubro de 1938. *Cria o cargo de Corregedor na Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências*.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal.

Desembargador Vicente Piragibe (comunicação de falecimento). *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1959, 2º Caderno, p. 7.

Faleceu ontem o desembargador Vicente Piragibe. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 24 de janeiro de 1959, p. 6.

Livro de assentamentos funcionais. Livro de Registro nº 2 – SEATA. Fl. 1. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Livro de registro de termos de posse de desembargadores, vice-presidentes e presidentes de câmaras da Corte de Apelação do Distrito Federal ao Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara. Livro de Registro nº 650 - SEATA. Fl. 67. Acervo do Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

O novo presidente do Tribunal de Apelação. *A Noite*, Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1937, p. 2.

Qual foi o maior homem da história do Brasil? *A Noite*, Rio de Janeiro, 2 de julho de 1938, p. 3.

Ratificado o mandato do corregedor e reeleito o presidente do Tribunal de Apelação do Distrito – A eleição do 1º, 2º e 3º vice-presidentes. *A Noite*, Rio de Janeiro, 28 de dezembro de 1938, p. 2.

Um voto de pesar pela morte do Sr. Honório Gurgel. *A Noite*, Rio de Janeiro, 22 de outubro de 1926, p. 2.

Vida política: os desembargadores. *A Manhã*, Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1926, p. 2.